

Acordo com bancos não sai

Credores esperam um entendimento entre o Brasil e o FMI, que também está difícil

29 SET 1989

REGIS NESTROVSKI
Especial para o Estado

NOVA YORK — Os representantes dos bancos credores estão se reunindo informalmente por telefone todos os dias desde que o Brasil deixou de pagar os juros de setembro. Ninguém acredita que os bancos liberem a parcela de US\$ 600 milhões, última parte do acordo do ano passado. Um analista já definiu que desde o não pagamento do Brasil e o aumento das reservas por parte do Chase e do Morgan, "há um jogo totalmente novo na área da dívida. Em resumo, o Brasil não irá receber ajuda tão cedo".

Uma reunião entre os bancos credores membros do comitê de assessoramento da dívida brasileira ocorreu ontem em Nova

York em horário e local desconhecidos. O Citibank não divulgou nenhum comunicado ao final do encontro e uma fonte confirmou ao **Estado** que "as discussões entre os bancos continuam". No mercado secundário os títulos da dívida brasileiros estavam sendo vendidos a 27%, mas há uma expectativa de queda. "Há muita insegurança entre os banqueiros quanto ao Brasil e o mercado está numa grande instabilidade", explicou Jay Newman, da Corretora Dillon Read, que era do atual secretário do Tesouro Nicholas Brady.

Fontes da Inglaterra revelaram ao **Estado** que "a situação está muito difícil para um acordo entre Brasil e FMI. Não há programa por parte do Brasil e nenhuma base para um acordo", diz a fonte. Mesmo assim, poucos acreditam que o Brasil será considerado como mau pagador. Segundo as fontes, um país tem seis meses para colocar seus pagamentos em dia e a Argentina conseguiu até um ano para pagar 20% do que devia. A comissão

do governo americano que julga essa questão, a Icerc, reúne-se três vezes ao ano e leva em consideração outros fatores além do atraso de pagamento. No caso brasileiro a atual situação econômica, conjugada com a proximidade das eleições, seria entendida pela Icerc como razão suficiente para suspensão dos pagamentos. Até lá o Brasil seria considerado como um país que está em atraso.

Segundo outras fontes consultadas pelo **Estado**, a inclinação do comitê de bancos credores é não se pronunciar sobre a proposta brasileira — efetuar o pagamento de parte dos juros atrasados (aproximadamente US\$ 300 milhões), em troca da prorrogação do prazo do desembolso de US\$ 600 milhões, que vence neste sábado. O comitê devolveria a bola ao Brasil, na esperança de que o País obtenha o acordo com o FMI.

Ver reportagens sobre o FMI e sobre a dívida externa na página 10